

Relatório de Gestão 2025



Foi a Mim que o fizestes (Mt 25,40)

Obras de Misericórdia



ÍNDICE

1. A INSTITUIÇÃO	2
A ORGANIZAÇÃO	2
OS ÓRGÃOS SOCIAIS	4
A IRMANDADE	5
OBRAS ESPIRITUAIS	5
OBRAS CORPORAIS	9
2. SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
6. ANEXO ÀS CONTAS	24

1. A INSTITUIÇÃO

A Organização

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Portimão, fundada no século XVI, entre o ano de 1519 e 1543, tem como missão praticar as Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais, como espirituais, através do serviço e apoio solidário a todos os que precisam, em harmonia com o espírito e princípios da doutrina e moral cristãs, e pelos valores do humanismo, excelência e sustentabilidade.

A Instituição encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, pela inscrição n.º 59/82, a fls 73 e 73 verso do livro das Irmandades da Misericórdia, em 10 de dezembro de 1982, tendo, em 1994, adquirido personalidade jurídica civil como Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública (D.R. nº 62, 3ª Série de 15/março/1994).

Na atualidade, a nossa intervenção concretiza-se no âmbito da solidariedade social e da saúde, nomeadamente nas áreas da infância, comunidade, sénior e saúde, cujos apoios e cuidados chegam, diariamente, a mais de três centenas de utentes diretos, através de um quadro de pessoal multidisciplinar de, aproximadamente, 152 funcionários e 40 prestadores de serviços. Quotidianamente interagimos com uma ampla e diversificada bolsa de parceiros institucionais, fornecedores e serviços, contribuindo de forma muito significativa para o desenvolvimento da região do Algarve e, em particular, do concelho de Portimão.

Com o sistema de gestão das respostas sociais certificadas no âmbito da ISO9001:2015, desde 2010, recente renovada para o ciclo 2026-2028, assumimos a qualidade dos serviços como um dos aspetos orientadores da nossa intervenção.

Política da Qualidade

- As pessoas são o coração da Instituição. A nossa missão concretiza-se através de pessoas que cuidam de outras pessoas, compreendendo o ser humano na sua globalidade - física, mental, emocional e espiritual. Assim e para almejar cuidados com humanismo e excelência é importante a centralidade nos que precisam de cuidados, os utentes, mas também nos que cuidam, os colaboradores.

- A Comunidade representa um duplo papel, pois é o suporte da Instituição e também a razão da sua existência.

- A sustentabilidade de uma organização está intrinsecamente relacionada com a sua dimensão social, económica e ambiental.

- Cumprir os requisitos das partes interessadas, exigências estatutárias e regulamentares aplicáveis;

- Criar as condições necessárias para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, e da satisfação das partes interessadas.

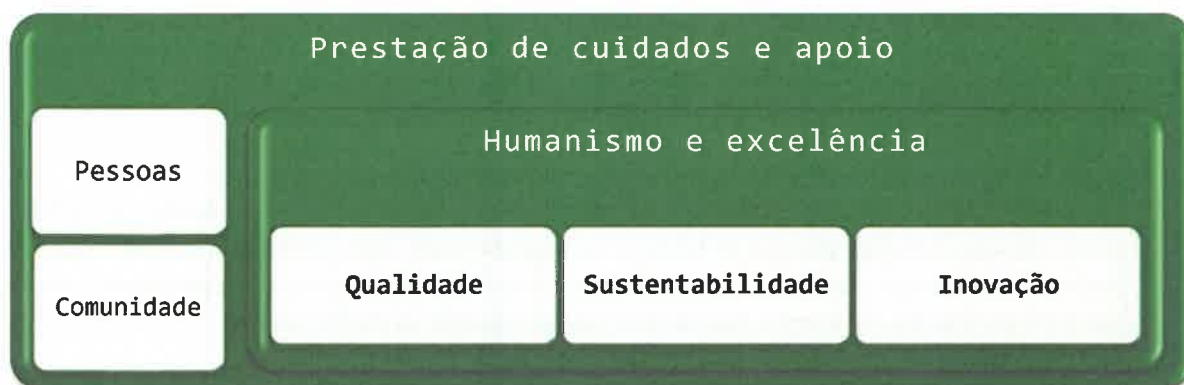
A preocupação central com as pessoas, motivou-nos à constituição da Comissão de Ética e à implementação de políticas e mecanismos que visam a proteção dos direitos e a dignidade humana.



A Instituição, os seus órgãos, departamentos e serviços estão organizados da seguinte forma:

Órgãos Sociais	Mesa da Assembleia Geral	Conselho Fiscal	Mesa Administrativa
Departamentos	Comunidade	Infância	Saúde
Serviços partilhados	Financeiro	Farmácia	Qualidade e Formação
	Instalações e Equipamentos	Logística	Pessoal / RH
Comissões e assessorias	Comissão de Farmácia		Delegado de Segurança
	Comissão de Controlo de Infeção		Encarregado de Proteção de Dados
	Comissão de Segurança Alimentar		Consultor jurídico
	Comissão de Ética		Núcleo de voluntariado
Subsidiária	Hospital São Camilo (São Camilo – Serviços de Saúde, Lda.)		
Principais Parceiros	Instituto de Segurança Social, IP	Câmara Municipal de Portimão	
	ULS-Algarve	Junta de Freguesia de Portimão	
	Direção Regional de Educação	Proteção Civil	
	União das Misericórdias Portuguesas	Instituto de Emprego e Formação Profissional	

A nossa atuação quotidiana, quer externa, quer interna, privilegia os seguintes princípios:



Este relatório pretende dar a conhecer os principais indicadores de gestão relativamente ao ano de 2025 e suporta-se nas respetivas Demonstrações Financeiras e Balanço, com base no SNC-ESNL (Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor Não Lucrativo (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março).



Os Órgãos Sociais

A 07 de dezembro de 2024 procedeu-se à Assembleia-geral eleitoral dos órgãos sociais para o mandato 2025/2027, cuja lista única candidata foi eleita e iniciou funções em Ato de tomada de posse a 08 de janeiro de 2025, não se tendo registado qualquer alteração até à presente data.

ÓRGÃOS SOCIAIS PARA O MANDATO 2025/2027

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Cónego Mário José Rodrigues de Sousa

Vice-Presidente

Mário Alberto Alves Prudêncio

Secretário

Bruno David Costa Gouveia

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

João Pedro Vasco Monteiro da Cruz Correia

Vice-Provedor

Luís Miguel Henriques da Conceição Negrão Sequeira

Secretário

David Luís Malha Franco

Tesoureiro

Rui Patrício Dos Ramos Andrez

Vogal Efetivo

Carla Maria Fonseca Tomás

CONSELHO FISCAL

Presidente

Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila

Vice-Presidente

Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro

Vogal

João Miguel Duarte Marcial



A Irmandade

Irmandade

À data de 31 de dezembro de 2025, a Irmandade era constituída por 101 Irmãos:

Género: Masculino 63 | Feminino 37

Escalão etário: 20 a 49 anos: 24 | 50 a 69 anos: 44 | > 70 anos: 32 | Média de idade: 63

Antiguidade: < 10 anos: 46 | 10 a 19 anos: 39 | 20 a 29 anos: 5 | > 30 anos: 10

Assembleias gerais

Nos termos estatutariamente previstos, foram realizadas as seguintes Assembleias Gerais:

- 22 de março de 2025, da qual se releva o seguinte ponto da ordem de trabalhos:

Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2024, aprovado por unanimidade dos presentes.

- 27 de novembro de 2025, da qual se releva o seguinte ponto da ordem de trabalhos:

Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas Consolidadas do Exercício de 2024, aprovado por unanimidade dos presentes.

Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2026, aprovado por unanimidade dos presentes.

Obras Espirituais

Ao longo de 2025 a Irmandade manteve a sua participação nas obras Espirituais e junto da Comunidade Paroquial de Nossa Senhora da Conceição – Igreja Matriz de Portimão, nomeadamente nas Celebrações da Semana Santa, na Missa Anual por alma de todos os Irmãos falecidos, no mês de novembro, e no Dia de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro.

Handwritten signature or initials in blue ink.

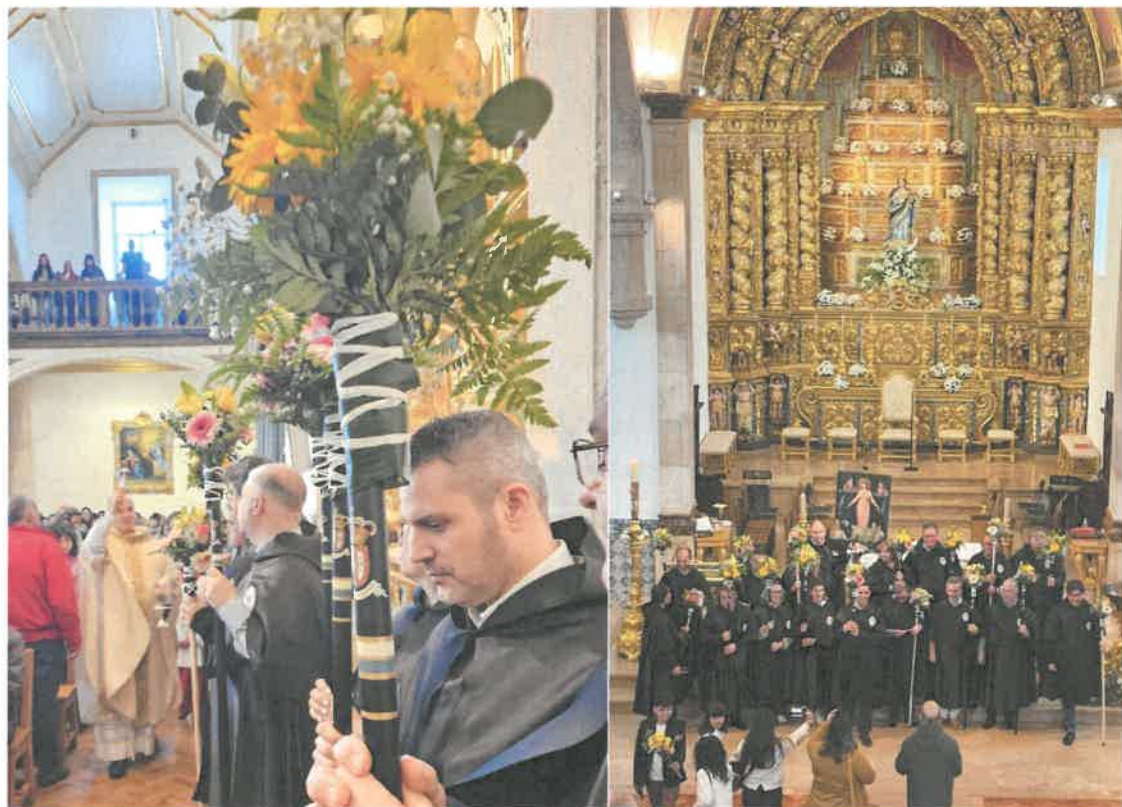


Celebração Eucarística, após tomada de posse dos novos órgãos sociais a 12/01/2025



Enterro do Senhor a 18/04/2025

20
20
20
20
20



Domingo de Páscoa, 21 de abril de 2025

Handwritten signature and initials in blue ink.



Dia de Nossa Senhora da Conceição, 08 de dezembro de 2025



Obras Corporais

As obras corporais da Misericórdia de Portimão são a identidade e forma mais visível de cumprir a sua missão e razão de existir. A Instituição atua no quadro da Economia Social e Solidária, em estreita articulação com o setor e as políticas públicas para dar resposta às necessidades sociais mais prementes em cada momento do contexto socioeconómico.



Neste sentido, a sua atividade operacional, segmentada nas áreas da Infância, Comunidade, Saúde e Sénior, pode ser conhecida nos relatórios de atividades e de revisão pela gestão para o competente ano de 2025, onde estão sistematizados os principais indicadores de todas as atividades, no seu devido enquadramento com o sistema de gestão da qualidade, pela Norma ISO9001:2015.

Neste último ano, consolidou-se o programa de voluntariado, intitulado “Mãos de Afeto”, com enfoque na Unidade de Cuidados Continuados Integrados, o qual tem registado uma adesão e mais-valia muito significativa na promoção de bem-estar dos utentes beneficiários, tendo sido agraciado no âmbito da VI Edição do Prémio Municipal de Voluntariado 2025, na categoria “Prémio Municipal Instituição Voluntária”



PORTIMÃO
PRÉMIO MUNICIPAL
do
Voluntariado

Mantém-se um elevado foco em fortalecer as entidades parcerias, locais e regionais, nomeadamente com a Segurança Social, com o Município de Portimão, com a Junta de Freguesia de Portimão, com a Proteção Civil e as demais instituições locais, em obras como o apoio aos sem-abrigo, o apoio alimentar a carenciados e o apoio à saúde.



Mantivemos a atividade do Projeto “PT vai a casa”, em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Portimão e iniciámos outros como o projeto “Uma voz contigo”, também dedicado para os utentes em domicílio e em parceria com a associação “Estou Contigo”.

Foram lançadas três candidaturas a projetos financiados, nomeadamente para a instalação de uma Unidade de Dia e Promoção de Autonomia para 32 utentes, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e com financiamento PRR; para o Projeto piloto de Inovação Social “SAD + Saúde”, para 30 utentes, com financiamento do Instituto de Segurança Social; e ainda para requalificação da UCCI de Convalescença e de Média Duração e Reabilitação, ao abrigo do PRR.

A gestão de pessoal

Pessoal

A prática das obras de Misericórdia é diariamente garantida por um quadro de pessoal, que se pretende motivado e orientado, dotado de competências técnicas e humanas adequadas e em contínua melhoria.

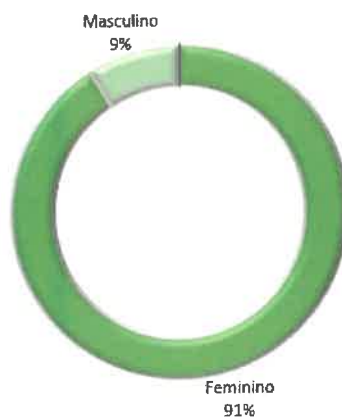
No geral, e comparativamente ao ano anterior, o número de ativos (trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado e a termo certo), verificamos que existe um decréscimo, fator diretamente relacionado com a reestruturação de algumas áreas operacionais, terminando, assim, o ano de 2025 com um total de 154 colaboradores, sendo composto 91% dos nossos colaboradores do sexo feminino e os restantes 9% do sexo masculino.

A média de idades dos colaboradores da instituição situa-se nos 46 anos, tendo o colaborador mais antigo 31 anos de serviço.

Em termos de prestação de serviços, verificou-se um acréscimo de 5 prestadores na área da Saúde, nomeadamente no setor de enfermagem, em comparação com o ano de 2024, colmatado alguns constrangimentos verificados nos anos anteriores relativamente ao recrutamento de enfermeiros.

Colaboradores

2023	2024	2025
146 Contratos sem termo	149 Contratos sem termo	146 Contratos sem termo
3 Contratos a termo	7 Contratos a termo	8 Contratos a termo
39 Prestação de serviços	40 Prestação de serviços	45 Prestação de serviços
188	196	199





Estágios

No que concerne a estágios e outras medidas, foram apenas realizados estágios curriculares. Em comparação com o ano de 2024, em que ocorreram 23 estágios, verificou-se uma diminuição em 2025, totalizando 16. Quanto aos contratos de Emprego Inserção (CEI/CEI+), verificaram-se um contrato com início em 2024 e término em 2025, dois contratos com início e término em 2025 e um contrato iniciado em 2025, com término previsto para 2026.

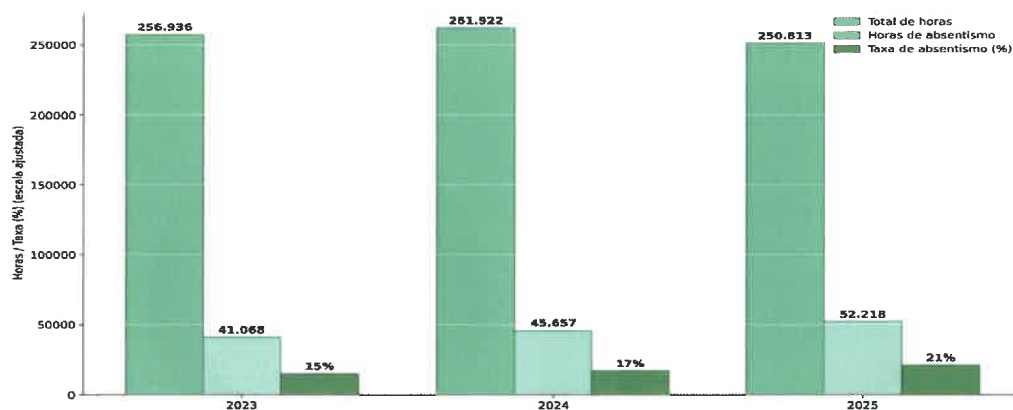


Voluntariado

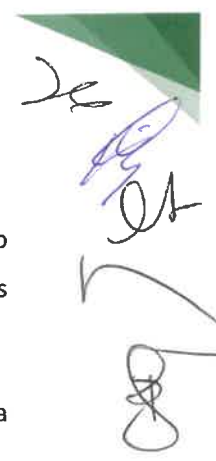
Ao longo do ano 2025, o voluntariado contou com a colaboração de 18 pessoas, terminando com um total de 1.396 horas de voluntariado.

Absentismo

Em absentismo, em 2025, a tabela abaixo evidencia uma redução das horas totais de trabalho para 250.813 horas, mas em contrapartida, verificou-se um aumento significativo das horas de absentismo, que ascenderam a 52.218 horas, fixando a taxa de absentismo em 21%, associado maioritariamente a baixas médicas, licenças de riscos específicos (parentalidade) e licenças por maternidade.



Horas extraordinárias



Apesar do absentismo, o ano de 2025 registou um decréscimo de horas extraordinárias, totalizando 1001,26 horas, face às 1331,27 horas verificadas em 2024, uma redução significativa de 24,8% nas horas extraordinárias.

Estas horas foram necessárias para assegurar o normal funcionamento da instituição e a continuidade da prestação de cuidados aos utentes.

Segurança e saúde no trabalho

Durante o ano de 2025, foram realizadas 141 consultas de medicina no trabalho, distribuídas da seguinte forma: 48 exames de admissão, 76 exames periódicos e 17 exames ocasionais.

No decurso do ano 2025, foram identificados 26 acidentes de trabalho, dos quais 10 acidentes originaram 405 dias perdidos, um decréscimo face aos 476 dias perdidos em 2024.



Dias de absentismo	293	476	405
--------------------	-----	-----	-----

Distribuição dos acidentes de trabalho por departamento 2025

Saúde	Sénior	Comunidade	Infância	Serviços partilhados	Total
5	2	7	0	12	26

No dia 13 de dezembro, realizou-se o jantar de Natal dos órgãos sociais e colaboradores, da Santa Casa da Misericórdia de Portimão e do Hospital São Camilo, com a participação de 127 colaboradores.

2. SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os indicadores a seguir apresentados têm por base as Demonstrações Financeiras do ano de 2025, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que aprova o regime da normalização contabilística das entidades do setor não lucrativo.

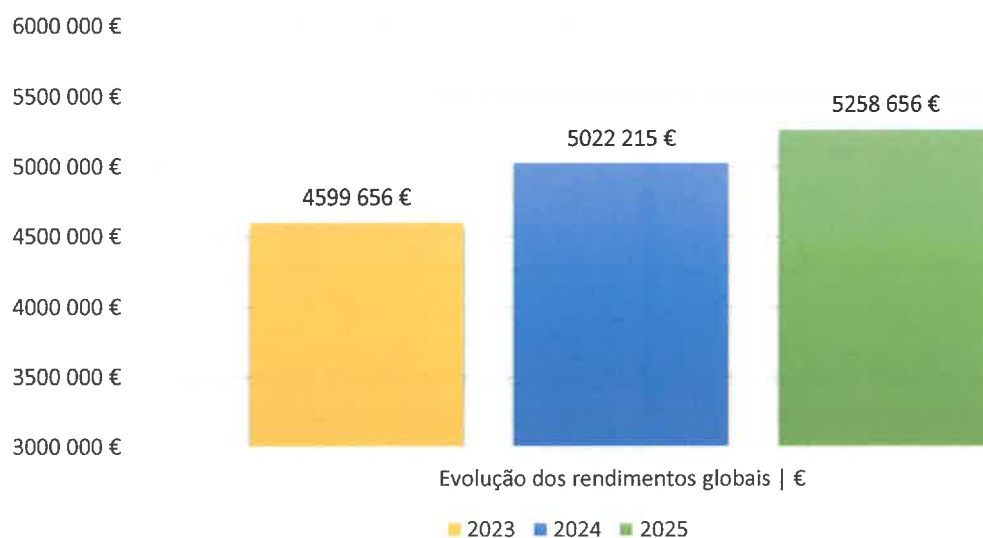
São estabelecidos comparativos entre o exercício em análise o respetivo orçamento e os dois exercícios anteriores. A sua leitura e análise deve ser acompanhada do anexo às demonstrações financeiras, que são apêndice a este relatório.

Em termos previsionais face ao realizado, constatou-se um desvio de +2% nos rendimentos e de +2% nos gastos, não se verificando, assim, a necessidade de revisão orçamental.

Conta	Valor Previsional	Saldo Conta	Desvio €	Desvio %
Rendimentos	5.146.930€	5.258.656€	+111.726€	2%
Gastos	5.165.899€	5.255.436€	+89.537€	2%
Resultado líquido	-18.969€	3.220€	+22.189€	

Os rendimentos globais em 2025 totalizaram os 5.258.656€ e registaram, face a período homólogo, um incremento de 4,7%, enquanto os gastos registaram um aumento de 4,8%, o que contribuiu para uma ligeira diminuição do resultado líquido, mas acima do resultado líquido previsional.

Rendimentos globais | 2023 a 2025 | €

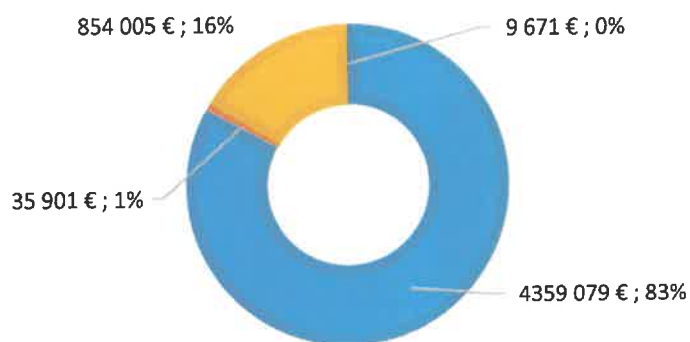




A repartição dos rendimentos é de 83% na rubrica de “vendas e serviços prestados”, com o valor de 4.359.079€, seguindo-se os “outros rendimentos” com o valor de 854.005€, que corresponde a 16% do total.

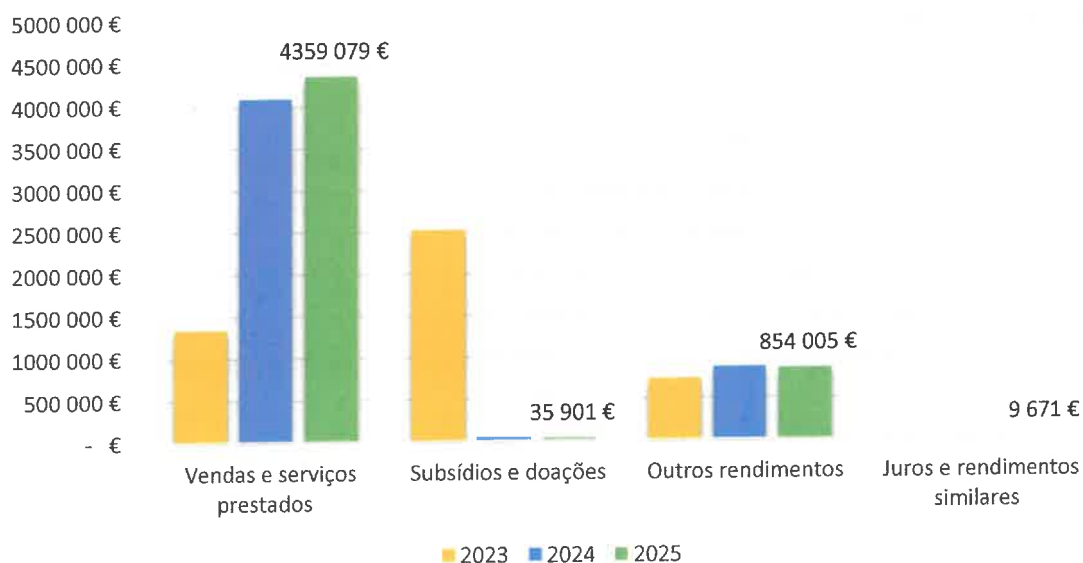
Repartição dos rendimentos | 2025 | %

■ Vendas e serviços prestados ■ Subsídios e doações ■ Outros rendimentos ■ Juros e rendimentos similares



Nesse sentido, o aumento dos rendimentos expressou-se na sua maioria com o acréscimo de 6,6% nas rubricas relacionadas com os rendimentos das respostas sociais, na rubrica “prestação de serviços, que totaliza o montante de 4.359.079€, onde se incluem os rendimentos provenientes de utentes e familiares (36%), assim como os rendimentos provenientes por via dos acordos de cooperação (64%). Na rubrica “outros rendimentos”, que representa um suporte financeiro considerável para a melhoria da qualidade dos cuidados prestados, a variação foi negativa, em 1,50%, face ao período homólogo.

Rendimentos por natureza | 2023 a 2025 | €



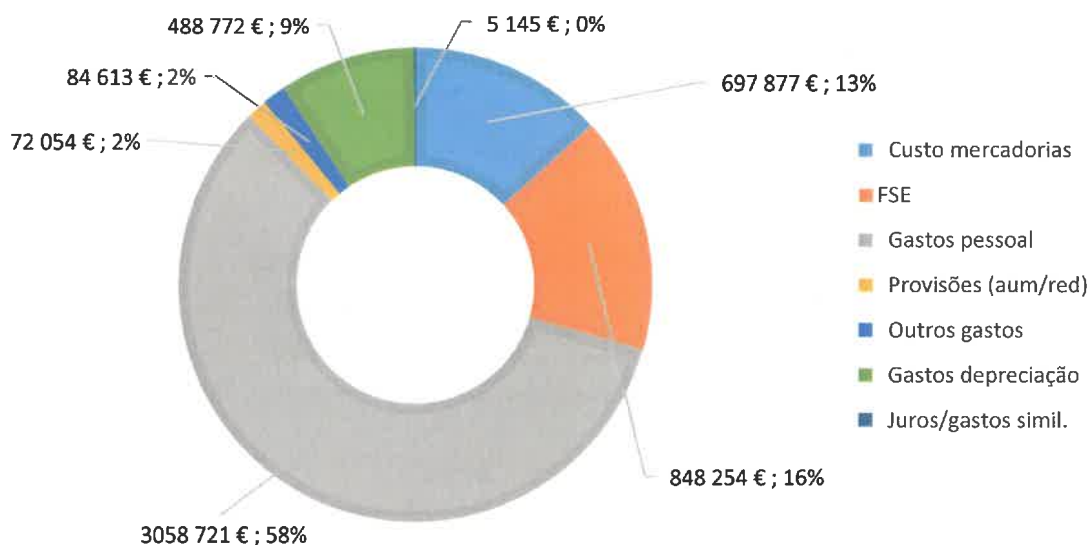
No que respeita aos gastos, verificou-se um aumento global de 4,8% face ao período homólogo, totalizando, em 2025, os 5.255.436 euros.

Evolução dos gastos globais | 2023 a 2025 | €



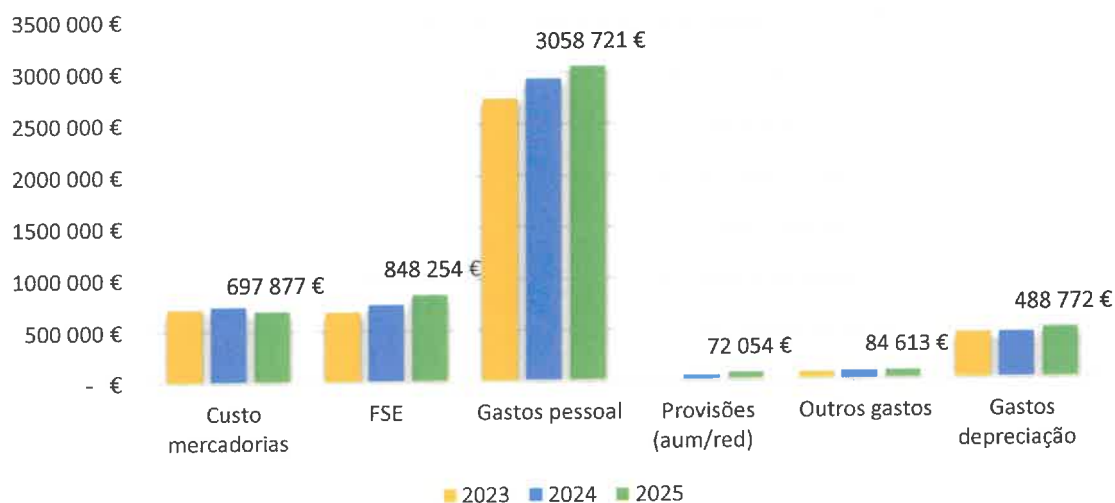
A rubrica de gastos com pessoal continua a ser a principal despesa, com 58%, que se expressa em 3.058.721€, seguindo-se os Fornecimentos e serviços externos (FSE), com 16%, e o Custo com mercadorias, em 13% do total, sendo que nos FSE é contabilizado uma forte expressão de honorários, no valor 261.500€. A considerar o somatório de gastos com pessoal e os honorários referidos, o valor ascende a 3.320.221€, que representa 63% do gasto total.

Repartição dos gastos | 2025 | %



Os gastos com pessoal representaram o maior aumento nominal, com uma variação de 4,3% em comparação a período homólogo, consequência dos aumentos salariais. Verificou-se um acréscimo de 9,6% nos Gastos de depreciação, expresso no montante global de 42.681€, devido à incorporação de investimentos em curso no plano de depreciações. Na conta “provisões” foi contabilizado o montante de 72.054€ no âmbito do processo judicial a decorrer com a referência 3110/25.8T8PTM.

Evolução dos gastos por natureza | 2023 a 2025 | €



O exercício de 2025 apresenta um resultado antes de depreciações positivo, em 487.465€, uma variação positiva de 33.556€ face ao ano anterior, que representa um aumento de 7,39%

Evolução do resultado antes de depreciações | 2022 a 2025 | €





O resultado líquido no exercício de 2025 é de 3.220€, o que representa a consolidação da sustentabilidade e resultado positivo já alcançado no período anterior.

Evolução do resultado líquido | 2023 a 2025 | €



No que respeita ao fluxo de caixa, continua a verificar-se um fluxo ligeiramente negativo, de (25.385€), o que demonstra que o fluxo positivo obtido nas atividades operacionais, de 731.477€, foi aplicado no fluxo de atividade de investimento, no montante de menos 515.056€, assim como na amortização antecipada de financiamento bancário, como representado no fluxo de atividades de financiamento pela variação de (241.807€).

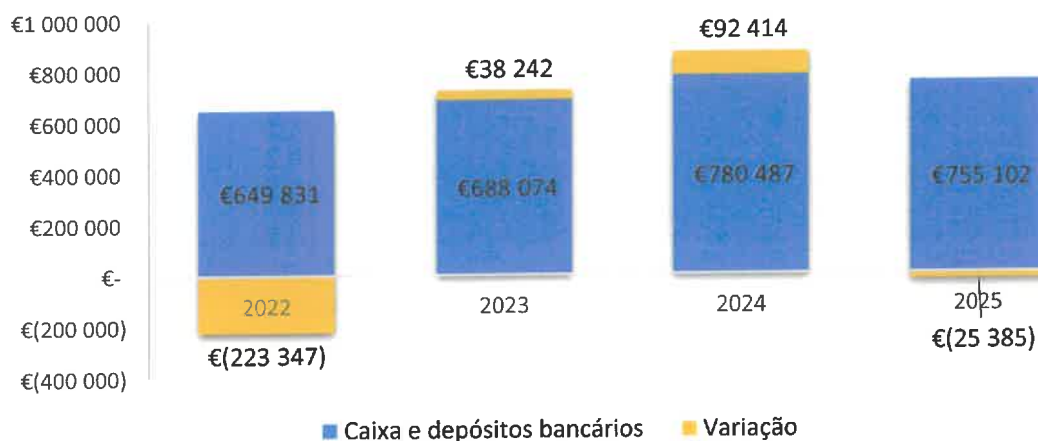
Evolução do Fluxo de caixa por atividades | 2025 | €



Handwritten notes and signatures in the top right corner.

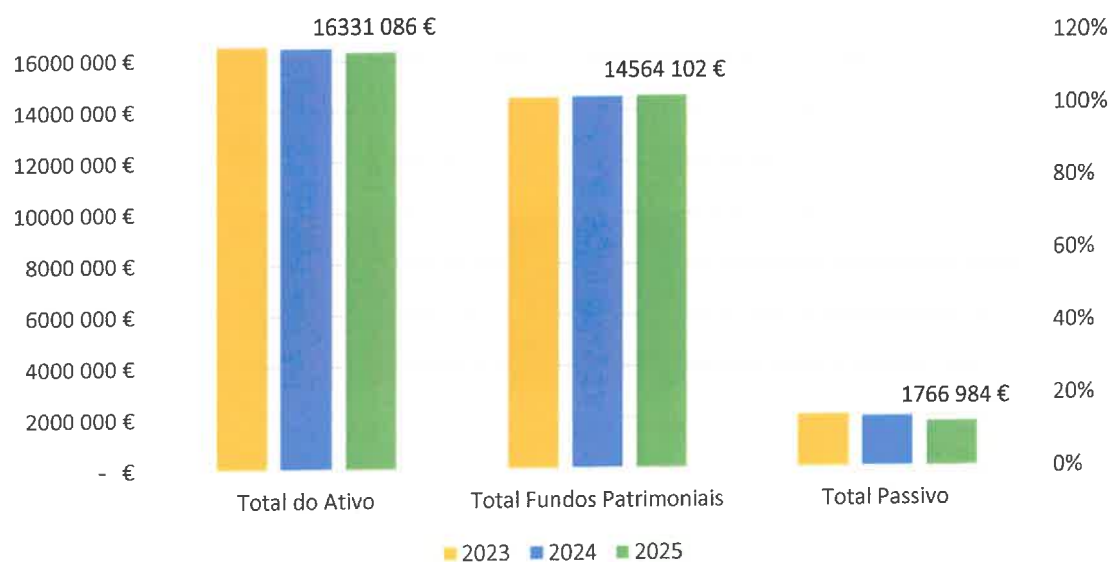
Consequentemente, nas disponibilidades financeiras, verificou-se uma variação negativa de -25.385€.

Evolução das disponibilidades financeiras em caixa e depósitos bancários | 2022 a 2025 | €



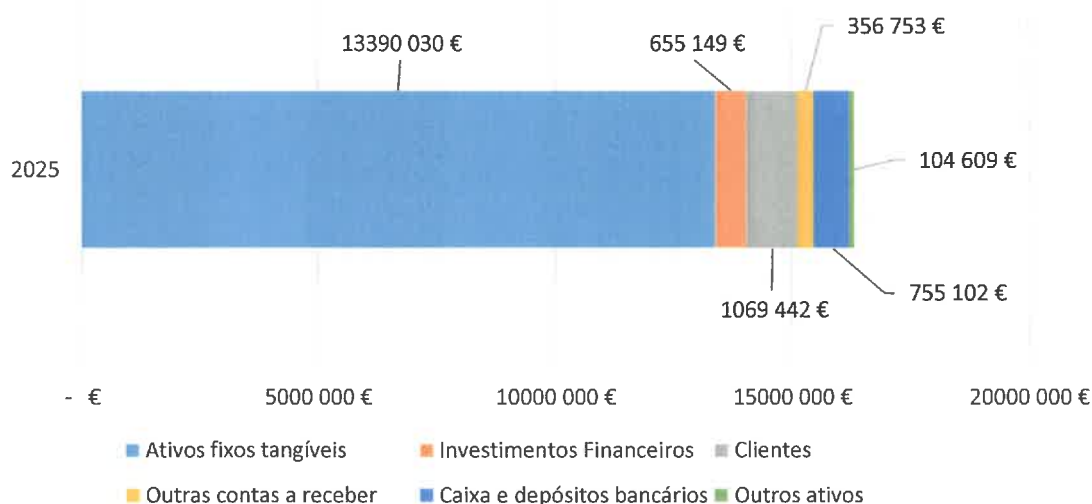
Da análise da estrutura do balanço, evidencia-se um total do Ativo de 16.331.086€, uma diminuição de 0,8% face ao ano anterior e um total do Passivo de 1.766.984€, uma diminuição de 10%, sobretudo influenciado pela diminuição de financiamentos obtidos que, gradualmente, vão sendo liquidados.

Estrutura do balanço | 2023 a 2025 | €



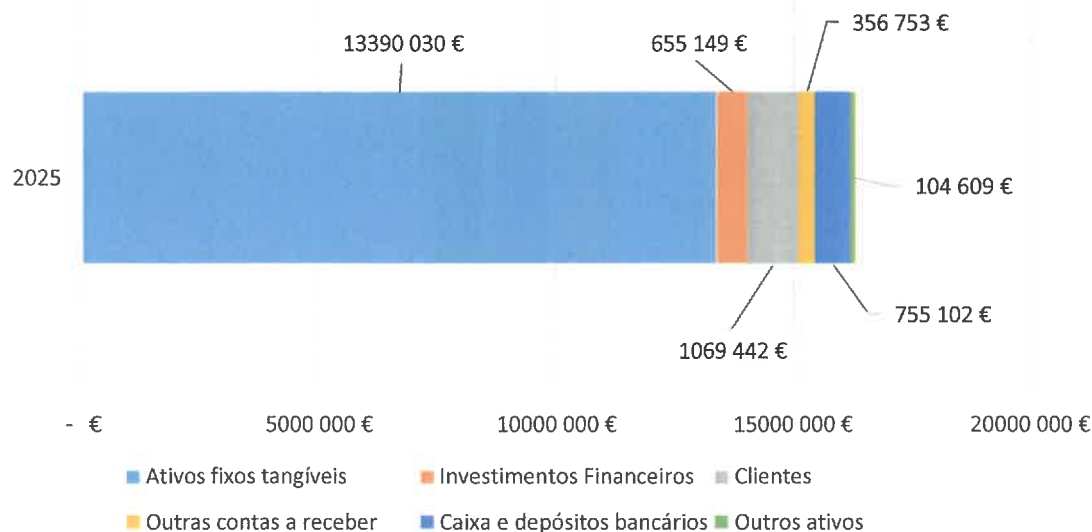
Na estrutura do Ativo não corrente verifica-se uma aumento de 1%, enquanto no Ativo corrente verifica-se uma diminuição de 10%, totalizando 2.266.161€, destacando-se a diminuição de 181.635€ na conta Clientes.

Estrutura do Ativo a 31/12/2025 | €

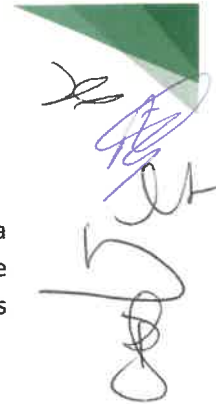


No Passivo não corrente, que totaliza 683.603€, verifica-se uma diminuição de 8% face ao ano anterior, sobretudo por via da diminuição de financiamentos obtidos. No Passivo corrente constata-se uma diminuição de 11%, igualmente influenciado pela rubrica de financiamentos obtidos.

Estrutura dos Fundos patrimoniais e passivo a 31/12/2025 | €

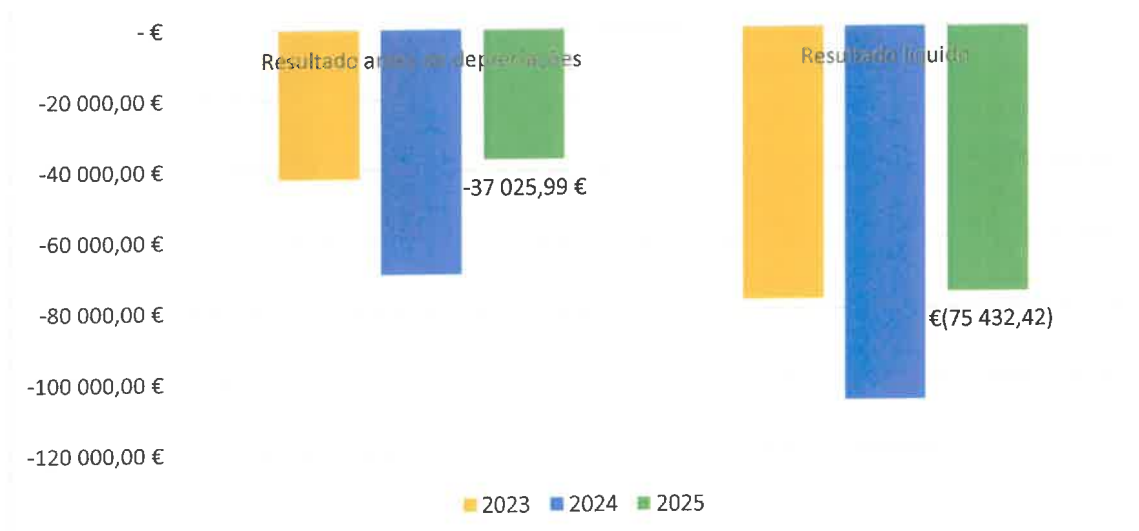


As distribuições por “centro de custos” seguiram os critérios em vigor e revistos anualmente, de forma a garantir que as imputações refletem o melhor possível e real distribuição dos custos da Instituição. Não existiram alterações de relevo relativamente às atividades desenvolvidas e frequência média.



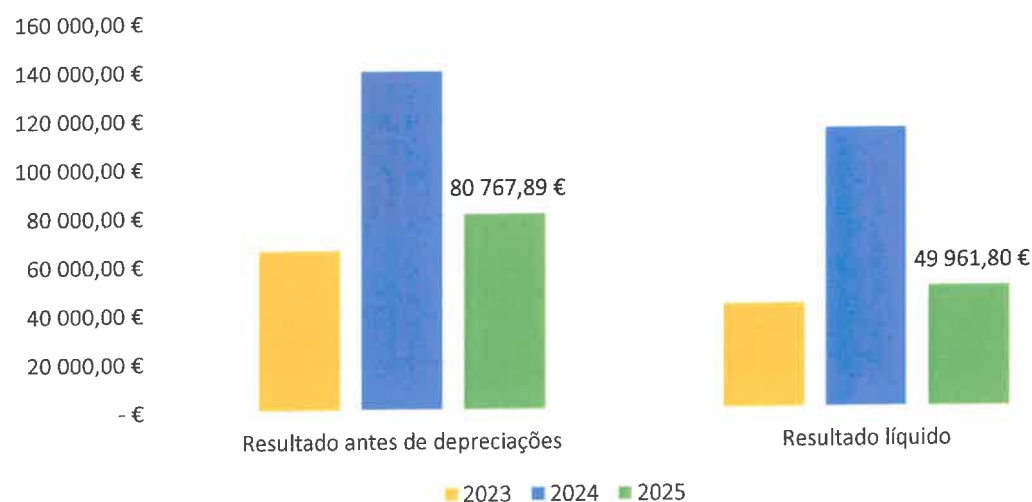
Houve uma melhoria de desempenho económico na área da Infância (Creche e Pré-escolar) e na área Sénior (ERPI e Centro de dia), fruto de um maior equilíbrio entre rendimentos e gastos, apesar de se manterem em resultado líquido negativo, com (75.432€) e (35.997€) respetivamente. Ambas as áreas foram afetadas negativamente pela constituição de provisões no âmbito do processo 3110/25.8T8PTM.

Resultado líquido e EBITDA por área de intervenção | Infância | 2023 a 2025 | €



Na área comunidade, constituída pelo Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social o resultado líquido é positivo, em 49.961,80€, relacionado, em parte, pelas sinergias criadas com as outras respostas sociais.

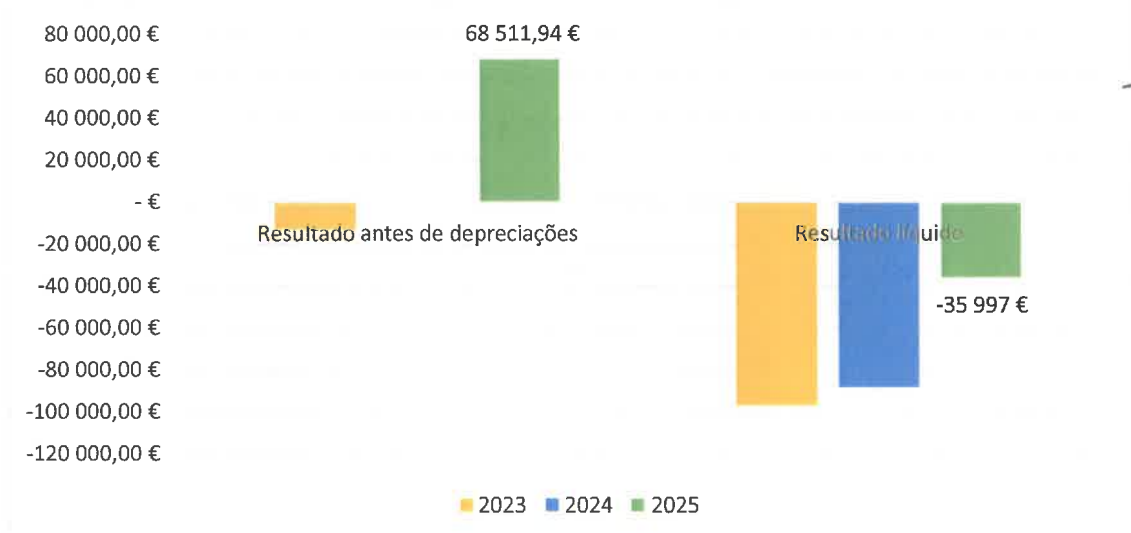
Resultado líquido e EBITDA por área de intervenção | Comunidade | 2023 a 2025 | €



Na área sénior, que agrupa a residência sénior e o centro de dia, apesar do resultado líquido negativo, verifica-se uma melhoria significativa do EBITDA, positivo em 68.512€.

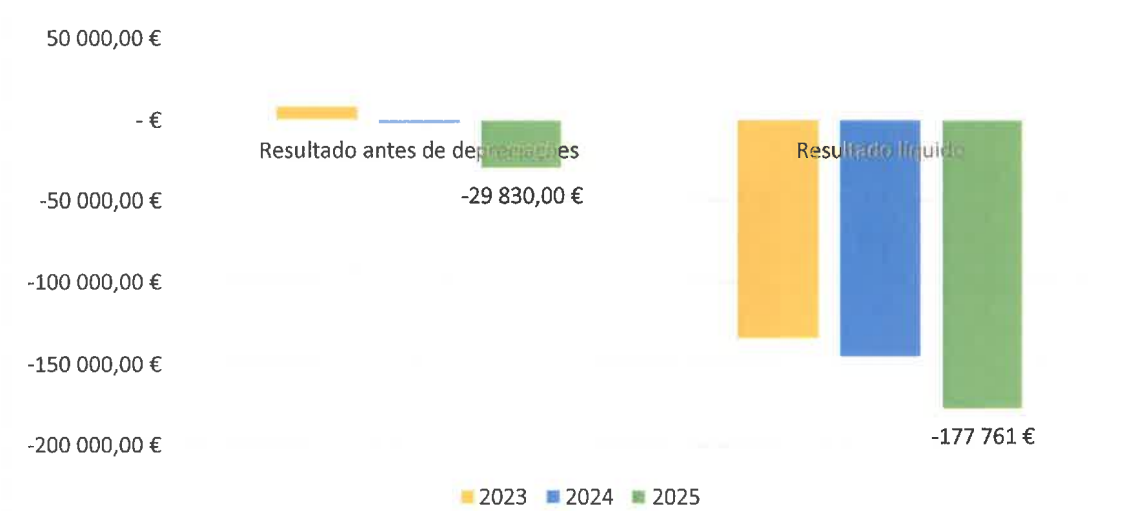
Handwritten signature and initials in blue ink.

Resultado líquido e EBITDA por área de intervenção | Sénior | 2023 a 2025 | €



Na área da saúde, que inclui as unidades de cuidados continuados integrados, registou-se uma pioria do resultado líquido e EBITDA, acumulando um prejuízo de (177.761€), fortemente influenciado pela dificuldade de contratar recursos humanos na área da saúde e pelo facto do aumento das comparticipações do Estado ter sido de 2,4%, abaixo da inflação e aumento do salário mínimo nacional.

Resultado líquido e EBITDA por área de intervenção | Saúde | 2023 a 2025 | €



Nas outras atividades, que incluem os rendimentos de património e outros, constata-se um resultado líquido positivo de 242.448€ e que é vital para a sustentabilidade da Misericórdia de Portimão, que pela via de outros rendimentos continua a financiar as atividades operacionais de cooperação com o Estado, nomeadamente no que se refere às componentes de pessoal e instalações.

Assim e com base nos resultados acima apresentados, o custo médio mensal por utente em cada resposta social ou de saúde é de acordo com a seguinte tabela:

Custo médio mensal por utente | 2025 | €

Resposta social / saúde	Custo médio mensal	Ganho médio mensal	Diferença
<i>Creche</i>	-689 €	581 €	-108 €
<i>Pré-escolar</i>	-434 €	399 €	-36 €
<i>RS D. João II</i>	-1 620 €	1 671 €	51 €
<i>RS Rainha D. Leonor</i>	-1 756 €	1 590 €	-166 €
<i>CD S. Francisco de Xavier</i>	-491 €	576 €	85 €
<i>SAD S. João de Deus</i>	-773 €	895 €	122 €
<i>UCCI Convalescença</i>	-4 114 €	3 728 €	-386 €
<i>UCCI Média duração</i>	-3 531 €	3 243 €	-288 €

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Ao nível global e com impacto nas cadeias de abastecimento, mantêm-se os conflitos de guerra na Ucrânia e o conflito internacional na zona do médio oriente, agravado nas últimas semanas, o que agrava o contexto político e socioeconómico ao nível internacional, que, tudo junto, continua a contribuir para um elevado grau de incerteza em termos inflacionistas e possíveis subidas da taxa de juro. Ao nível político nacional a situação socioeconómica tem sido influenciada por uma recuperação gradual após a crise económica anterior e os desafios trazidos pela pandemia. O governo tem implementado políticas para estimular o crescimento, apoiar o emprego e promover a inclusão social. No entanto, questões como o aumento do custo de vida e a necessidade de investimento em habitação e serviços públicos persistem. Politicamente, o país experimenta uma estabilidade relativa, mas o cenário é marcado por debates sobre a sustentabilidade das políticas sociais e a necessidade de modernização das estruturas económicas para enfrentar futuros desafios, assim como muitas outras reformas, como na área laboral. À presente data continua por se conhecer os aumentos previstos para o corrente ano ao nível da comparticipação pública ao utentes no contexto das respostas sociais e saúde.

A associada Hospital São Camilo deu conhecimento dos seguintes eventos recentes que poderão vir a ter impacto na organização e desempenho da sociedade:

- em janeiro/26, suspendeu a atividade em internamento e atividades relacionadas, o que terá um impacto significativo na diminuição de faturação;
- em janeiro/26, no seguimento da aprovação da Autoridade da Concorrência, confirmou-se a aquisição do Grupo HPA por parte da CUF, sendo necessário agora conhecer e analisar o possível impacto no quadro de parceria em vigor;

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea c) do artigo 21º e alínea e) do artigo 27º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia-geral Ordinária de 28 de março de 2026, as demonstrações financeiras e anexo relativos ao exercício de 2025.

1. O presente relatório contempla a atividade desenvolvida nas diferentes respostas sociais da Misericórdia de Portimão e é complementado pelo seu anexo, pelo relatório de revisão pela gestão e pelos relatórios de atividades de cada uma das áreas: Infância; Comunidade; Sénior; e Saúde.
2. Até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a informação revelada nas contas de 2025.
3. No domínio da subsidiária São Camilo – Serviços de Saúde, Lda. e tendo em consideração o significativo impacto negativo nos últimos 5 anos, verificou-se em 2025 o resultado líquido de 94.937€ o que impactou positivamente nos rendimentos da Misericórdia de Portimão em devida proporção da quota de associada, no valor de 48.788€.
4. Em relação ao contrato de exploração turística do Hotel Alvor Jardim registou-se o cumprimento contratual previsto, com significativo aumento de rendimentos, nomeadamente na componente variável.
5. Decorre o processo judicial contra a Autoridade Tributária, 328/22.9BELLE, entre a SCM Portimão e a Autoridade Tributária, no qual foi proferida sentença em primeira instância considerando procedente a impugnação, por parte da SCM Portimão, do ato de tributação em sede de IVA, decisão essa que foi objeto de recurso por parte da Autoridade Tributária, aguardando-se, à data, a respetiva decisão.
6. Em matéria de contratualização com o Estado para a prestação de serviços na unidade de cuidados continuados integrados continuam a verificar-se variações do preço contratualizado em percentagens inferiores aos valores de IHPC e aumentos do salário mínimo.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas para o período de 2024, é apresentado o resultado líquido de 3.219,59€ (três mil, duzentos e dezanove nove euros e cinquenta e nove cêntimos), propondo-se a sua aplicação na conta de resultados transitados.

Portimão, 26 de março de 2026

A Mesa Administrativa

6. ANEXO ÀS CONTAS



Handwritten signatures and initials in black, blue, and red ink, located in the top right corner of the page.

22
b
8
C
F

Santa Casa da Misericórdia de Portimão

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

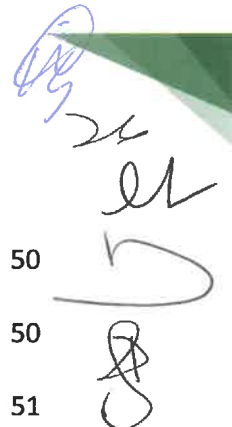


Índice

Balanço	29
Demonstração de Resultados por Naturezas	30
Demonstração de Resultados por Funções	31
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	32
Demonstração dos Fluxos de Caixa	33

Anexo

1. Identificação da Entidade	34
2. Referencial Contabilístico das Demonstrações Financeiras	34
3. Principais Políticas Contabilísticas	35
3.1. Bases de Apresentação	35
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	36
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	43
5. Ativos Fixos Tangíveis	43
6. Bens do Património histórico e cultural	45
7. Propriedades de Investimento	46
8. Ativos Intangíveis	46
9. Investimentos Financeiros	48
10. Financiamentos Obtidos	48
11. Inventários	49
12. Rédito	49
13. Subsídios	49



14. Imposto sobre o Rendimento	50
15. Benefícios dos empregados	50
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	51
17. Outras Informações	51
17.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	51
17.2. Clientes, Utentes e adiantamentos de Utentes	52
17.3. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	52
17.4. Outras créditos a receber	53
17.5. Diferimentos	54
17.6. Caixa e Depósitos Bancários	54
17.7. Fundos Patrimoniais	55
17.8. Fornecedores e adiantamentos a fornecedores	55
17.9. Estado e Outros Entes Públicos	56
17.10. Outras Dívidas a Pagar	56
17.11. Fornecimento e Serviços Externos	56
17.12. Outros Rendimentos	57
17.13. Outros gastos	57
17.14. Resultados Financeiros	57
17.15. Acontecimentos após data de Balanço	58
17.16. Compromissos e Leasings	58
17.17. Saldos com a Subsidiária São Camilo	60

Santa Casa da Misericórdia de Portimão

Moeda: EUR

Contribuinte: 501226320

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2025
(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	12	4.359.078,58	4.089.640,56
Subsídios, doações e legados à exploração	13	35.900,69	49.417,47
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-697.876,82	-736.792,99
Fornecimentos e serviços externos	17.11	-848.254,45	-752.860,02
Gastos com o pessoal	15	-3.058.720,56	-2.933.950,30
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	17.3	-72.054,49	-46.815,11
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.12	854.005,46	867.024,15
Outros gastos	17.13	-84.612,94	-81.754,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		487.465,47	453.909,34
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-488.771,97	-446.091,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.306,50	7.817,98
Juros e rendimentos similares obtidos	17.4	9.671,25	16.133,06
Juros e gastos similares suportados	17.4	-5.145,16	-18.611,74
Resultado antes de impostos		3.219,59	5.339,30
Impostos sobre o rendimento do período	14	0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.219,59	5.339,30

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Cooperativa

Santa Casa da Misericórdia de Portimão

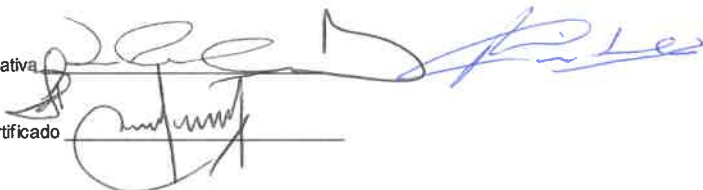
Contribuinte: 501226320

Moeda: EUR

BALANÇO Individual em 12 de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	13.390.029,70	13.331.874,69
Bens do património histórico e artístico	6	9.990,47	9.990,47
Ativos Intangíveis	8	9.755,32	5.616,63
Investimentos financeiros	9	655.149,29	600.351,03
Subtotal		14.064.924,78	13.947.832,82
Ativo corrente			
Inventários	11	55.628,03	62.774,90
Cientes	17.2	1.069.442,21	1.251.077,41
Adiantamentos a fornecedores	17.8	153,90	319,63
Estado e outros entes públicos		0,00	51.995,24
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/membros	17.1	5.267,79	4.775,29
Outros contas a receber	17.4	356.753,30	344.520,56
Diferimentos	17.5	23.813,94	22.936,37
Caixa e depósitos bancários	17.6	755.101,92	780.487,41
Subtotal		2.266.161,09	2.518.886,81
Total do ativo		16.331.085,87	16.466.719,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundos	17.7	345.643,64	345.643,64
Resultados transitados	17.7	4.207.384,62	3.874.239,13
Excedentes de revalorização	17.7	8.604.747,98	8.828.639,17
Ajust. / Outras variações de fundos patrimoniais	17.7	1.403.106,00	1.455.465,51
Subtotal		14.560.882,24	14.503.987,45
Resultado líquido do período	17.7	3.219,59	5.339,30
Interesses que não controlam			
Total dos fundos patrimoniais		14.564.101,83	14.509.326,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	683.603,25	660.536,67
Financiamentos obtidos	10	0,00	79.999,92
Subtotal		683.603,25	740.536,59
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	136.386,51	143.937,68
Adiantamentos de clientes	17.2	18.409,35	32.814,86
Estado e outros entes públicos	17.9	115.539,77	74.243,19
Financiamentos obtidos	10	79.999,98	232.577,68
Outras dívidas a pagar	17.10	709.629,52	705.546,00
Diferimentos	17.5	23.415,66	27.736,88
Subtotal		1.083.380,79	1.216.856,29
Total do Passivo		1.766.984,04	1.957.392,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.331.085,87	16.466.719,63

Contabilidade - (c) Primavera BSS



Handwritten signature

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2025

RÚBRICAS	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	345.643,64	0,00	0,00	3.874.239,13	8.828.639,17	1.455.465,51	5.339,30	14.509.326,75	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	223.891,19	-223.891,19	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	103.915,00	0,00	-52.359,51	0,00	51.555,49	
	2	0,00	0,00	0,00	327.806,19	-223.891,19	-52.359,51	0,00	51.555,49	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							3.219,59	3.219,59	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							3.219,59	3.219,59	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Distribuidores:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação de Resultados		0,00	0,00	0,00	5.339,30	0,00	0,00	-5.339,30	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	5	0,00	0,00	0,00	5.339,30	0,00	0,00	-5.339,30	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	345.643,64	0,00	0,00	4.207.384,62	8.604.747,98	1.403.106,00	3.219,59	14.564.101,83	

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

RÚBRICAS	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da empresa-mãe							Resultado líquido do período	Total
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	345.643,64	0,00	0,00	3.730.188,38	9.052.530,36	1.439.763,11	-79.840,44	14.488.285,05	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	223.891,19	-223.891,19	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.702,40	0,00	15.702,40	
	2	0,00	0,00	0,00	223.891,19	-223.891,19	15.702,40	0,00	15.702,40	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							5.339,30	5.339,30	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							5.339,30	5.339,30	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Distribuidores:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação de Resultados		0,00	0,00	0,00	-79.840,44	0,00	0,00	79.840,44	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	5	0,00	0,00	0,00	-79.840,44	0,00	0,00	79.840,44	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	345.643,64	0,00	0,00	3.874.239,13	8.828.639,17	1.455.465,51	5.339,30	14.509.326,75	

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO

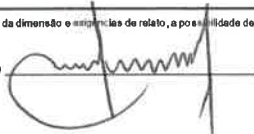
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro 2025

UNIDADE MONETÁRIA: EURO (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2025	2024	
Vendas e serviços prestados	12	4.359.078,58	4.089.640,56	-6,18%
Custos das vendas e serviços prestados	11	-697.876,82	-736.792,99	5,58%
Resultado bruto		3.661.201,76	3.352.847,57	-8,42%
Outros rendimentos	13	899.577,40	932.574,68	3,67%
Gastos de distribuição		0,00	0,00	
Gastos administrativos	15	-3.906.975,01	-3.686.810,32	-5,64%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	
Outros gastos	5	-645.439,40	-574.660,89	-10,97%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.364,75	23.951,04	186,33%
Gastos financiamento (líquidos)	17.14	-5.145,16	-18.611,74	261,73%
Resultado antes de impostos		3.219,59	5.339,30	65,84%
Imposto sobre o rendimento	14	0,00	0,00	
Resultado líquido do período		3.219,59	5.339,30	65,84%

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e princípios de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO



sa Administrativa



Santa Casa da Misericórdia de Portimão

Contribuinte: 501226320

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 2025

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	12	2.608.932,58	2.089.059,41
Pagamentos a Fornecedores	11, 17.11	-1.663.467,54	-1.614.867,39
Pagamentos ao Pessoal	15	-2.126.991,90	-2.018.606,80
Caixa gerada pelas operações		-1.181.526,86	-1.544.414,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-8.657,51
Outros recebimentos/pagamentos	17.12, 17.13	1.913.004,32	1.865.337,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		731.477,46	312.265,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-418.253,33	-267.430,63
Ativos intangíveis	8	0,00	-1.988,79
Investimentos financeiros	9	-54.798,26	0,00
Outros Ativos	17.6	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	-51.447,64	151.372,66
Ativos intangíveis	8	-4.354,20	0,00
Investimentos financeiros	9	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	17.14	13.797,92	15.151,39
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-515.055,51	-102.895,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos	10	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	10	-232.577,62	-90.797,33
Juros e gastos similares	17.14	-9.229,82	-26.159,22
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		-241.807,44	-116.956,55
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-25.385,49	92.413,75
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		780.487,41	688.073,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.6	755.101,92	780.487,41

Pág. 32

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

26
Jr
↓
S
↓
C

Anexo às Demonstrações Financeiras 2025

1. Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com sede em Alameda Praça da República – Edifício Igreja do Colégio em Portimão. Tem como atividades apoio social com e sem alojamento, atividade sénior, Infância e de cuidados continuados.

A **Missão**: Praticar as Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Os Valores:

- O Humanismo – promovemos o respeito e dignidade das pessoas.
- A Excelência – ajudamos o próximo, com qualidade e competência.

2. Referencial Contabilístico das Demonstrações Financeiras

Em 2025, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de julho.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto pelos seguintes instrumentos:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Norma contabilística e de Relato financeiro-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

A Adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior POCIPSS (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Santa Casa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção das atividades principais de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus objetivos.

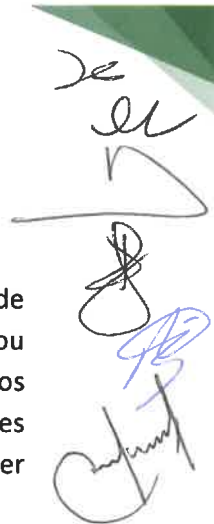
3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do reconhecimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivamente nas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou distorção puder, razoavelmente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo.

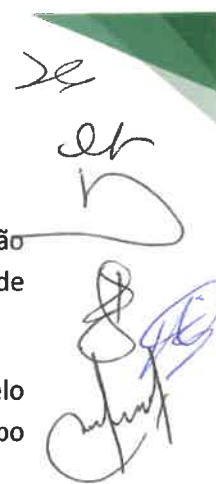
Se existirem alterações às políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação, devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto os imóveis que se encontram registados pelo método da revalorização, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades, necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimada que se encontra publicado em Diário da República, Decreto Regulamentar nº 25/2009, que a Mesa Administrativa considera representar satisfatória vida útil estimada dos bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos operacionais".

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	30 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Ferramentas e Utensílios	4 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6, 4 e 1 ano

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os Bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade



do doador. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta Variações nos fundos patrimoniais, em Doações.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Tendo por base as alterações introduzidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Financeiro Não Lucrativo- “Propriedades de Investimento vs. Ativos Fixos tangíveis”, Aviso 8259/2015 de 29 de julho, NCRF-ESNL, refere o mesmo que “As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidos como ativos fixos tangíveis”. Assim, todos os bens foram reclassificados em 2016, para ativos fixos tangíveis.

3.2.4. Ativos Intangíveis

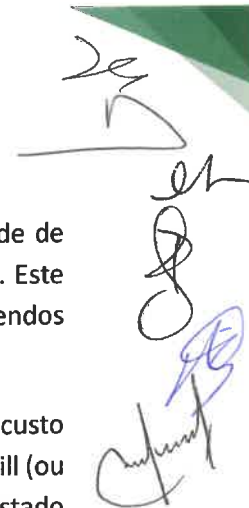
Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método da linha reta em função da vida útil de cada ativo e assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações acumuladas”. Segundo a NCRF 6 – Ativos Intangíveis: Um Ativo Intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos, aplicando-se-lhe com as necessárias adaptações, o disposto nos parágrafos 95 a 104.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra publicado em Diário da República, Decreto Regulamentar nº 25/2009, que a Mesa Administrativa considera representar satisfatória vida útil estimada dos bens.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os Investimentos Financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% e 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar, tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

Segundo a NCRF 6 – Ativos Intangíveis: Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos, aplicando-se-lhe, com as necessárias adaptações, o disposto nos parágrafos 95 a 104.

3.2.6. Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

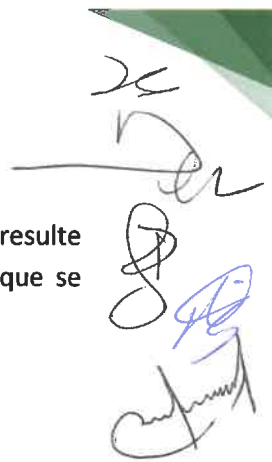
A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos Instrumentos Financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

O tratamento contabilístico dos Instrumentos Financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 NCRF-ESNL.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

3.2.7.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares provenientes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.7.2 Clientes e outras contas a Receber

Os Clientes e Outras Contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como “Ativos não Correntes”.

3.2.7.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários corresponde aos valores, caixa e depósitos bancários de curto prazo, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. Corresponde também aos depósitos bancários a prazo e títulos negociáveis que



possam ser mobilizados imediatamente crescem significativas flutuações aos valores disponíveis.

3.2.7.4 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos encontram-se registados no balanço no Ativo Corrente rubrica “Outras contas a receber”. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos no período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.11. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como operacionais se não foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

3.2.12. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento e os encargos patronais sobre remunerações do período corresponde ao imposto a pagar. Nos termos do nº 1 a) e b) do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública e administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

4. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2025, apresentando as adições, os abates, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis

Costos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025	Valor Líquido em 31-Dez-2025
Custo							
Terrenos e recursos naturais	3.823.439,38	0,00	0,00	0,00	0,00	3.823.439,38	3.823.439,38
Edifícios e outras construções	11.166.242,61	144.820,32	0,00	104.114,60	0,00	11.414.947,53	8.163.172,52
Equipamento básico	1017.000,34	73.707,65	-14.562,84	0,00	0,00	1076.145,45	170.373,61
Equipamento de transporte	295.777,78	83.070,66	-30.001,01	0,00	0,00	348.847,43	18.048,78
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	273.706,10	5.734,98	-13.912,39	0,00	0,00	265.528,78	1138137
Outros ativos fixos tangíveis	71509,01	440,34	0,00	0,00	0,00	71949,35	5.817,32
Ferramentas e Utensílios	140.859,74	0,00	-9.768,30	0,00	0,00	131093,44	9.297,05
Investimentos em curso	934.833,74	238.160,53	0,00	-104.114,60	0,00	1068.899,67	1068.899,67
Total:	17.723.338,79	543.754,78	-68.242,54	0,00	0,00	18.198.851,03	13.390.029,70
Depreciações Acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.833.577,01	398.198,00	0,00	0,00	0,00	3.231.775,01	
Equipamento básico	881991,71	38.258,65	-14.478,52	0,00	0,00	905.771,84	
Equipamento de transporte	222.831,78	36.367,88	-30.001,01	0,00	0,00	229.198,65	
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	262.131,10	5.928,70	-13.912,39	0,00	0,00	254.147,41	
Outros ativos fixos tangíveis	64.265,60	1866,13	0,00	0,00	0,00	66.132,03	
Ferramentas e Utensílios	126.666,60	4.119,89	-9.020,10	0,00	0,00	121.796,39	
Total:	4.391.464,10	484.769,25	-67.412,02	0,00	0,00	4.808.821,33	

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024	Valor Líquido em 31-Dez-2024
Custo							
Terenos e recursos naturais	3.823.439,38	0,00	0,00	0,00	0,00	3.823.439,38	3.823.439,38
Edifícios e outras construções	10.842.168,43	69.379,58	0,00	254.844,62	0,00	11.166.212,61	8.332.635,60
Equipamento básico	987.922,98	53.267,38	-4.190,02	0,00	0,00	1.017.000,34	135.008,63
Equipamento de transporte	254.177,82	49.318,68	-7.716,70	0,00	0,00	295.777,78	72.946,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	273.806,12	2.169,18	-2.289,11	0,00	0,00	273.706,19	11.575,09
Outros ativos fixos tangíveis	71.355,27	343,04	-189,30	0,00	0,00	71.509,01	7.243,11
Ferramentas e Utensílios	140.285,31	2.983,73	-2.389,30	0,00	0,00	140.879,74	14.183,14
Investimentos em curso	1.068.254,11	123.224,25	0,00	-254.844,62	0,00	934.833,74	934.833,74
Total:	17.439.409,42	300.705,80	-16.776,43	0,00	0,00	17.723.338,79	13.331.874,69
Depreciações Acumuladas							
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.456.601,79	376.975,22	0,00	0,00	0,00	2.833.577,01	
Equipamento básico	851.491,88	34.845,02	-4.145,19	0,00	0,00	881.991,71	
Equipamento de transporte	217.973,89	12.576,79	-7.716,70	0,00	0,00	222.831,78	
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	256.259,33	8.139,97	-2.288,20	0,00	0,00	262.111,10	
Outros ativos fixos tangíveis	62.088,30	2.179,60	0,00	0,00	0,00	64.267,90	
Ferramentas e Utensílios	123.202,46	5.558,01	-2.093,87	0,00	0,00	126.666,60	
Total:	3.987.815,45	440.074,61	-16.225,96	0,00	0,00	4.391.464,10	

As adições registadas no período de 2025 dizem respeito essencialmente à transferência dos Ativos Fixos Tangíveis em Curso para Ativos Fixos Tangíveis no valor de 104.114,60€, à aquisição de uma viatura no valor de 73.452€ e à continuidade dos investimentos no Projeto de segurança contra incêndios e no Edifício do HO no valor de 236.180,53€.

Foram efetuados abates no valor total de 68.242,54€ nas rubricas de edifícios e outras construções, equipamento de transporte, equipamento administrativo e ferramentas e utensílios.

A rubrica de ativos fixos tangíveis em curso em 31 de dezembro de 2025 é composta, essencialmente, pelos seguintes projetos: (i) Projeto de segurança contra incêndios nos edifícios do Hospital e do Complexo Social no valor de 800.615,04€; (ii) Empreitada de Rede de gases medicinais no valor de 66.326,52€; (iii) Edifício HO no valor de 126.871,60€.

Os imóveis encontram-se revalorizados não existindo indícios que os mesmos estejam em imparidade.



6. Bens do Património histórico e cultural

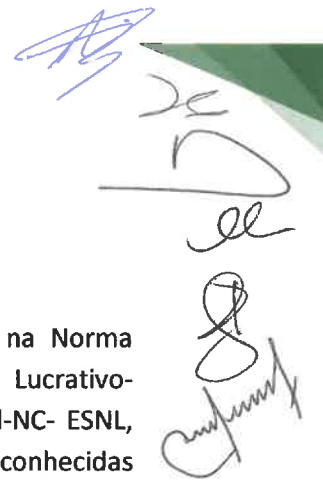
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO

Bens do Património histórico, cultural e artístico

Custo e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
.:Custo						
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	9.990,47	0,00	0,00	0,00	0,00	9.990,47
Total:	9.990,47	0,00	0,00	0,00	0,00	9.990,47
.:Depreciações Acumuladas						
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature and initials on the right side of the page.

Custo e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
.:Custo						
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	9.990,47	0,00	0,00	0,00	0,00	9.990,47
Total:	9.990,47	0,00	0,00	0,00	0,00	9.990,47
.:Depreciações Acumuladas						
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



7. Propriedades de Investimento

No que respeita às Propriedades de Investimento, as alterações introduzidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Financeiro Não Lucrativo- “Propriedades de Investimento vs Ativos Fixos tangíveis”, Aviso 8259-2015-29 Jul-NC- ESNL, refere que “As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis”. Nesta base procedeu-se, em 2016, à reclassificação de propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis, com a consequente depreciação.

O Edifício Aparthotel, prédio Urbano Lt 1,2,3 Alvor, inicialmente contabilizado em propriedades de investimento, foi transferido para Outros ativos fixos e reconhecido pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ao valor inscrito em escritura, no montante de 1.246.670,00€, foi considerado um valor para terreno de 25%, de acordo com o DR nº 25/2009, no montante de 311.667.50€.

O ativo foi recebido por doação. De acordo com o indicado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e são transferidos, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos-Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

A avaliação efetuada é para garantir que o bem não está em imparidade. O modelo de mensuração utilizado é o método do custo. O prédio encontra-se sob contrato de exploração turística e as obras de conservação e manutenção são suportadas pela entidade exploradora.

8. Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos 2025 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
.: Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	43.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00	43.317,85
Programas de Computador	85.481,12	8.177,85	-2.910,92	0,00	0,00	90.748,05
Propriedade Industrial	46125	0,00	0,00	0,00	0,00	46125
Outros Ativos Intangíveis	78.541,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.541,00
Total:	205.801,02	8.177,85	-2.910,92	0,00	0,00	211.067,95
.: Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	127.593,52	1.519,2	0,00	0,00	0,00	128.745,44
Programas de Computador	37.537,57	2.887,24	-2.910,92	0,00	0,00	37.513,89
Propriedade Industrial	46125	0,00	0,00	0,00	0,00	46125
Outros Ativos Intangíveis	34.592,05	0,00	0,00	0,00	0,00	34.592,05
Total:	200.184,39	4.039,16	-2.910,92	0,00	0,00	201.312,63

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
.: Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	43.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00	43.317,85
Programas de Computador	80.384,53	5.118,59	0,00	0,00	0,00	85.481,12
Propriedade Industrial	46125	0,00	0,00	0,00	0,00	46125
Outros Ativos Intangíveis	78.541,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.541,00
Total:	200.884,43	5.118,59	0,00	0,00	0,00	205.801,02
.: Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	126.558,58	1034,94	0,00	0,00	0,00	127.593,52
Programas de Computador	32.555,78	4.981,81	0,00	0,00	0,00	37.537,57
Propriedade Industrial	46125	0,00	0,00	0,00	0,00	46125
Outros Ativos Intangíveis	34.592,05	0,00	0,00	0,00	0,00	34.592,05
Total:	194.167,64	6.016,75	0,00	0,00	0,00	200.184,39

9. Investimentos Financeiros

Pelo reconhecimento do investidor (Santa Casa da Misericórdia de Portimão), no resultado da investida (Hospital São Camilo) sendo a participação de 51,39%, o valor apurado é o seguinte:

Descrição	Investimentos Financeiros	
	2025	2024
Investimento em Subsidiárias	704.989,45	650.191,19
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros métodos	704.989,45	650.191,19
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Investimento em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros métodos	0,00	0,00
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Investimento em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	37.958,62	37.958,62
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros métodos	37.958,62	37.958,62
Perdas por imparidade Acumulada	-87.798,78	-87.798,78
	655.149,29	600.351,03

Em 2025 foi realizada uma prestação suplementar à subsidiária no montante de 54.798,26€.

Encontra-se contabilizada uma provisão de 426.002,33€ decorrente da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, conforme pode ser verificado na nota 17.3 do presente anexo às Demonstrações Financeiras.

10. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que incorrem.

Em 2020 a Instituição recorreu a financiamento bancário, celebrado com o Novo Banco, pelo prazo de 72 meses, no montante global de 300.000€, tendo como finalidade o apoio à tesouraria, no âmbito da “Linha de Apoio ao Sector Social COVID19”. A taxa de juro anual efetiva (TAE) de 0,9037%, o pagamento dos juros é mensal e tendo um período de carência de capital pelo período de 2 anos, começou a ser amortizado em 2023. Foi classificado como Passivo Corrente o montante de 79.999,98€ correspondente às prestações a liquidar no ano 2026.

Este financiamento tem uma garantia autónoma prestada a favor do banco por LISGARANTE, SA.

No ano 2023 recorreu a um financiamento bancário, celebrado com a entidade bancária Montepio, no montante de 170.000,00€ que tem como finalidade o investimento no parque solar. A taxa de juro anual efetiva (TAE) é de 5,33%, este financiamento teve um período de carência de capital que terminou no ano 2024. Foi classificado como passivo corrente o montante total do financiamento no valor de 152.577,64€, correspondente às prestações que foram liquidadas no ano 2025.

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2025		2024		Inventário
	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	
Existências Iniciais	0,00	62.774,90	0,00	70.409,09	
Compras	0,00	690.729,95	0,00	729.158,80	
Auto Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regularizações de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	
Existências Finais	0,00	55.628,03	0,00	62.774,90	
Custo do Exercício	0,00	697.876,82	0,00	736.792,99	

A rubrica de inventários é composta produtos alimentares, de higiene pessoal, de limpeza, de consumos clínicos, de consumos hoteleiros, roupa, material didático, medicamentos e artigos de saúde.

12. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2026 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025			2024	
	Réditos Reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de Serviços	4.359.078,58	100,00%	6,59%	4.089.640,56	100,00%
Quotas de Utilizadores	4.229.612,53	97,03%	6,86%	3.958.124,19	96,78%
Quotas e Jóias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Promoção para captação de recursos	124.476,05	2,86%	-5,29%	131.426,37	3,21%
Outras Prestações de Serviços	4.990,00	0,11%	5444,44%	90,00	0,00%
Juros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Royalties	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Dividendos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
	4.359.078,58			4.089.640,56	

A rubrica Quotas de Utilizadores é composta pelos serviços relacionados com as respostas sociais e de saúde pagas pelos utentes e as participações financeiras dos acordos de cooperação entre as instituições o Estado.

Importa referir que no ano 2024 registou-se uma alteração na contabilização das participações financeiras resultantes de acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado, correspondentes às diversas respostas sociais que, de acordo com parecer do Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilística, divulgado através da circular 93/2023 de 10/11/2023 da União das Misericórdias Portuguesas, passam a ser contabilizadas na rubrica de prestação de serviços deixando de constar nos Subsídios, doações e legados à exploração.

13. Subsídios

Para os períodos de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios” e “Apoios”.

Descrição	Subsídios do Governo	
	2025	2024
Subsídios do Governo	30.090,87	42.130,04
ISS - Algarve	0,00	0,00
ARS Algarve	0,00	0,00
Outras Entidades	30.090,87	42.130,04
Apoios do Governo	5.809,82	7.287,43
IEFP	5.809,82	7.287,43
Outros	0,00	0,00
	35.900,69	49.417,47

14. Imposto sobre o Rendimento

Não há lugar ao apuramento de qualquer valor ao abrigo da isenção de IRC, bem como a matéria coletável sujeita a IRC ser negativa.

15. Benefícios dos Empregados

Os órgãos sociais da Entidade, na qualidade de órgãos sociais, não são remunerados. No final do período o número de funcionários é de 169.

Os gastos que a Entidade incorreu com funcionários foram os seguintes:

Descrição	Fundadores/Beneméritos/Associados	
	2025	2024
Ativo	5.267,79	4.775,29
Fundadores/Associados/Membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	1.130,29	1.130,29
Quotas	4.137,50	3.645,00
Financiamentos concedidos - Fundador/Doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Passivo	0,00	0,00
Fundadores/Associados/Membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/Doador	0,00	0,00

17.2 Clientes, Utentes e adiantamentos de utentes:

Descrição	Clientes e Utentes	
	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	1.071.512,49	1.253.147,69
Clientes	942.351,23	1.152.655,11
Utentes	129.161,26	100.492,58
Clientes e Utentes título a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	25.820,64	25.820,64
Clientes	0,00	0,00
Utentes	25.820,64	25.820,64
TOTAL:	1.097.333,13	1.278.968,33
Perdas por Imparidade do período	-27.890,92	-27.890,92
Clientes		0,00
Utentes	-27.890,92	-27.890,92
TOTAL:	-27.890,92	-27.890,92
TOTAL DE CLIENTES E UTENTES:	1.069.442,21	1.251.077,41

Descrição	Adiantamentos de Clientes e Utentes	
	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	18.409,35	32.814,86
TOTAL DE CLIENTES E UTENTES:	18.409,35	32.814,86

A 31/12/2025 o saldo da conta corrente do cliente São Camilo Serviços Saúde Lda é de 765.903,82€.

Descrição	2025			2024	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Remunerações do Pessoal	1.942.568,62	63,51%	3,48%	1.877.164,08	63,98%
Custos c/pessoal duo décimos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Indemnizações	5.480,51	0,18%	87,78%	2.918,59	0,10%
Encargos sobre as Remunerações	398.751,55	13,04%	5,02%	379.693,81	12,94%
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	49.044,26	1,60%	9,76%	44.683,20	1,52%
Gastos Acção Social	3.097,50	0,10%	-81,88%	17.092,00	0,58%
Outros Gastos com o Pessoal	659.778,12	21,57%	7,74%	612.398,62	20,87%
	3.058.720,56			2.933.950,30	

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Santa Casa da Misericórdia de Portimão não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto –Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da SCMP perante a Segurança Social e Finanças se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados relativamente à revisão legal de contas, em 2025 foi de 7.306,20€, iva incluído.

17. Outras Informações

Para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica seguinte apresentava os seguintes saldos:

17.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros:

17.3 Provisões, passivo contingentes e ativos contingentes:

Descrição	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes			
	2025	Aumentos	Diminuições	2024
Imposto	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	72.054,49	72.054,49	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões - Passivo não corrente - Encargos Doação Imóvel Alvor	184.971,00	0,00	16.776,00	201.747,00
Provisões - Passivo não corrente - Participação Financeira São Camilo	426.002,33	16.576,44	48.788,35	458.214,24
Outras Provisões	575,43	0,00	0,00	575,43
TOTAL:	683.603,25	88.630,93	65.564,35	660.536,67

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO

Descrição	Listagem Estrutura de Provisões do Período	
	2025	2024
Provisões (Aumentos/Reduções)	23.066,58	29.630,11
Total:	23.066,58	29.630,11

Relativamente às obrigações /encargos contratuais assumidas no âmbito da escritura de Doação outorgada a 01/08/2014, relativo ao Apartamento Alvor, procedemos a uma estimativa fiável das obrigações, com recurso a um atuário, tendo reconhecido nas contas de 2014 provisão específica para as responsabilidades que da doação resultaram, devendo atualizar/rever anualmente o valor estimado. Assim, em 2014 foi constituída uma provisão para riscos e encargos de 520 000 euros, a qual tem vindo a reduzir-se ao longo dos anos e de acordo com a estimativa efetuada pelo referido atuário. Na presente data e considerando a estimativa do atuário, os nossos encargos/responsabilidades futuras são estimados em cerca de 185 000 euros.

À data de 31/12/2024 encontra-se a decorrer um processo judicial da AT relacionado com o Imposto sobre o valor acrescentado, embora a sentença do tribunal tenha sido favorável à SCMP, a AT recorreu, pelo que estamos a aguardar pela decisão final.

À data de 31/12/2025 foi constituída uma provisão no valor de 72.054,49€ referente a um processo judicial.

Em 2025 registou-se uma redução do valor provisionado da Participação Financeira do São Camilo no valor de 48.788,35€ reconhecida na rubrica 78.

17.4 Outros créditos a receber

A rubrica “Outros créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	Outros Créditos a Receber	
	2025	2024
Adiantamentos Pessoal	1.600,00	1.568,74
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.472,35	26.585,41
Outros Devedores	351.863,45	328.548,91
Perdas por Imparidade	-12.182,50	-12.182,50
	356.753,30	344.520,56

O montante com maior relevância registados na rubrica de Outros Devedores corresponde aos valores à guarda entregues por utentes contabilizados na conta 258 do SNC, no valor de 284.916,05€.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Diferimentos	
	2025	2024
Gastos a reconhecer	23.813,94	22.936,37
Outras despesas com gastos diferidos	23.813,94	22.936,37
Rendimentos a reconhecer	23.415,66	27.736,88
Outros rendimentos a reconhecer	23.415,66	27.736,88

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” e Outros ativos financeiros” tem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os seguintes saldos:

Descrição	Caixa e Depósitos Bancários	
	2025	2024
Caixa	329,05	745,18
Depósitos à Ordem	304.772,87	179.742,23
Depósitos a Prazo	450.000,00	600.000,00
Outros	0,00	0,00
	755.101,92	780.487,41

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos fundos patrimoniais “ocorreram as seguintes variações:

17.9 Estado e outros entes públicos

A rubrica “Estado e outros entes públicos” está detalhada da seguinte forma:

Descrição	Estado e Outros Entes Públicos	
	2025	2024
Ativo	0,00	51.995,24
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	51.908,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	87,00
Passivo	115.539,77	74.243,19
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	36.166,51	8.655,43
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)	11.887,05	11.407,72
Segurança Social	65.221,31	54.180,04
Outros Impostos e Taxas	2.264,90	0,00
	-115.539,77	-22.247,95

17.10 Outras Dívidas a pagar

A rubrica “Outras Dívidas a pagar” reflete se da seguinte forma:

Descrição	Outras Dívidas a Pagar			
	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	1.451,84	0,00	302,75
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	1.451,84	0,00	302,75
Perdas por Imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	69.261,49	0,00	80.850,07
Credores por acréscimo de gastos	0,00	399.663,32	0,00	398.996,50
Outros credores	0,00	239.252,87	0,00	225.396,68
		709.629,51		705.546,00

Os credores por acréscimos de gastos são compostos essencialmente pela especialização das férias e subsídio de férias a pagar no período de 2026.

17.11 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foi a seguinte:

Descrição	Fornecimentos e Serviços Externos	
	2025	2024
Subcontratos	50.533,64	43.862,08
Serviços Especializados	521.751,19	455.461,23
Materiais	16.793,88	18.729,65
Energia e fluidos	164.808,24	160.088,59
Deslocações, estadas e transportes	434,57	869,95
Serviços diversos	93.932,93	73.848,52
	848.254,45	752.860,02

O valor com maior relevância na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos é referente aos Serviços Especializados, compostos pelos serviços médicos e de enfermagem.

17.12 Outros Rendimentos

A rubrica “Outros Rendimentos” encontra se dividida da seguinte forma:

Descrição	Outros Rendimentos	
	2025	2024
Rendimentos Suplementares	4.679,83	4.804,25
Descontos pronto pagamento obtidos	6.578,44	5.554,41
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2,21	6,60
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	48.788,35	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	9.044,32
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	405.766,01	404.349,56
Outros rendimentos e ganhos	388.190,62	443.265,01
	854.005,46	867.024,15

A rubrica de outros rendimentos é composta pelos valores mais relevantes correspondentes às rendas recebidas no montante de 222.100,68€ e aos Serviços Prestados no valor de 250.011,92€ ao Hospital São Camilo.

17.13 Outros Gastos

A rubrica “Outros Gastos” encontra se dividida da seguinte forma:

Descrição	Outros Gastos	
	2025	2024
Impostos	37.815,03	33.880,48
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	2.143,94	62,60
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	830,52	361,17
Outros Gastos	43.823,45	47.450,17
	84.612,94	81.754,42

17.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

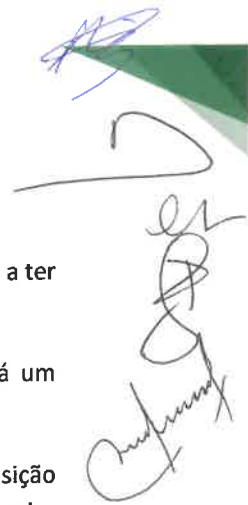
Descrição	Resultados Financeiros	
	2025	2024
Juros e gastos similares suportados	5.145,16	18.611,74
Juros suportados	5.095,98	18.583,51
Juros de Mora e Compensatórios	49,18	28,23
Diferença de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	9.671,25	16.133,06
Juros obtidos	9.671,25	16.133,06
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	4.526,09	-2.478,68

17.15 Acontecimentos após data de Balanço

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e representam uma imagem verdadeira e apropriada.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Ao nível global e com impacto nas cadeias de abastecimento, mantêm-se os conflitos de guerra na Ucrânia e o conflito internacional na zona do médio oriente, agravado nas últimas semanas, o que agrava o contexto político e socioeconómico ao nível internacional, que, tudo junto, continua a contribuir para um elevado grau de incerteza em termos inflacionistas e possíveis subidas da taxa de juro. Ao nível político nacional a situação socioeconómica tem sido influenciada por uma recuperação gradual após a crise económica anterior e os desafios trazidos pela pandemia. O governo tem implementado políticas para estimular o crescimento, apoiar o emprego e promover a inclusão social.



A associada Hospital São Camilo deu conhecimento dos seguintes eventos recentes que poderão vir a ter impacto na organização e desempenho da sociedade:

- em janeiro/26, suspendeu a atividade em internamento e atividades relacionadas, o que terá um impacto significativo na diminuição de faturação;
- em janeiro/26, no seguimento da aprovação da Autoridade da Concorrência, confirmou-se a aquisição do Grupo HPA por parte da CUF, sendo necessário agora conhecer e analisar o possível impacto no quadro de parceria em vigor;

17.16 Compromissos e Leasings

A Subsidiária Hospital São camilo negociou, com a entidade, locadora, Caixa, Leasing e Factoring - Soc. financeira de crédito SA, os seguintes contratos de leasing, com as respetivas condições:

Contrato locação financeira nº 100141947, no valor de 27.000,00€+ Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

Contrato locação financeira nº 100148254 no valor de 6.800,00€ + Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

Contrato locação financeira nº 100148256, no valor de 38.850,00€ + Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

Contrato locação financeira nº 100148296, no valor de 9.648,20€ + Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

Contrato locação financeira nº 100149523 no valor de 32.560,00€ + Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

Contrato locação financeira nº 100149524 no valor de 63.042,03€ + Iva, com a duração de 48 meses. A Garantia dada foi entrega em branco subscrito pelo locatário, São Camilo, e avalizada por terceiros; HPA e Santa Casa.

17.17 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

Durante os períodos findos de 2024 e 2025 foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2025	Compras de Inventários	Compras Ativos Fixos	Serviços obtidos	Vendas inventários	Serviços prestados
Subsidiária	0,00€	0,00€	69.030,45€	0,00€	477.310,52€

2024	Compras de Inventários	Compras Ativos Fixos	Empréstimo	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiária	0,00€	0,00€	0,00€	47.014,86€	552.158,99€

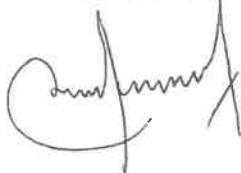
Saldos em dívida no final dos anos de 2024 e 2025

	Saldo devedor 2025	Saldo credor 2025	Saldo devedor 2024	Saldo Credor 2024
São Camilo	765.903,82€	9.668,94€	998.449,77€	4.834,97€

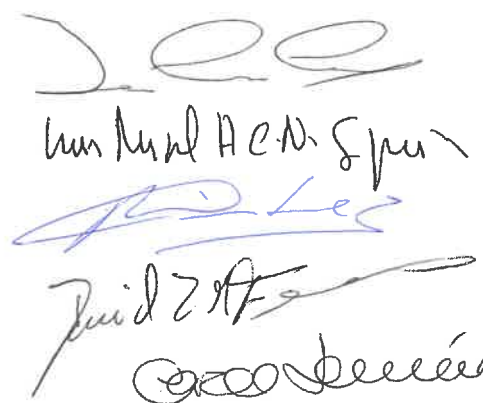
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Portimão, dia 26 março de 2026

Contabilista Certificado



Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Portimão (adiante também designada por Entidade ou SCMP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 16 331 086 euros e um total dos fundos patrimoniais de 14 564 102 euros, incluindo um resultado líquido de 3 220 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Portimão, em 31 de dezembro de 2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da SCMP nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de atividades nos termos estatutários aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria

- obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a SCMP, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 26 de março de 2026



Anabela Vaz Borges
(ROC n.º 1358, inscrito na CMVM sob o n.º 20160968)
em representação de BDO & Associados - SROC